

Quércia prefere renúncia a pagar dívida em 4 anos

O governador Orestes Quércia comunicou ao deputado Ulysses Guimarães e a outros líderes do PMDB que renunciará ao governo do Estado se prevalecer a decisão do Governo Federal de exigir de cada governador pagamento de 25 por cento do total das dívidas dos Estados em um prazo de quatro anos — a partir de 1989.

Quércia, que demonstrou grande irritação a respeito do comportamento que assumiu no episódio o presidente José Sarney, atribui ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a manobra que consistiu em prever o desembolso pelos Estados de dois e meio trilhões, anulando inteiramente os recursos gerados pela reforma tributária da Constituição.

APOIO DISCRETO

No jantar que ofereceu à noite de quinta-feira na ala residencial do Palácio dos Bandeirantes ao presidente interino Ulysses Guimarães e a outros convidados ilustres, Quércia insistiu em que os governadores não teriam mais o que fazer em seus Estados se fossem obrigados a pagar 25 por cento do total da dívida contraída com a União em 1989.

Os governadores consideram justo, segundo Quércia, que a União lhes dispense, pelo menos, o mesmo tratamento recebido dos credores estrangeiros na renegociação da dívida externa brasileira. A fórmula ideal seria um prazo de 12 anos, com cinco de carência, para que os Estados possam fazer os desembolsos sem comprometer compromissos considerados inadiáveis, como a folha de pagamento do funcionalismo. Do contrário, seria fomentar o caos social em todos os Estados.

Os presentes — além de Quércia e Ulysses, o líder Ibsen Pinheiro, o deputado Cid Carvalho, o presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas, Pedro Eberhart e o Secretário da Fazenda paulista — fizeram uma análise preocupante da situação econômico-

financeira, sendo unânime o receio de que os devastadores efeitos sociais da recessão possam provocar uma crise institucional, mais adiante.

Todos concordaram em que a única alternativa para atravessar a fase turbulenta até as próximas eleições presidenciais seria um pacto social, que empresários e trabalhadores paulistas tentam estabelecer. Tanto Quércia quanto Ulysses se dispõem a prestigiar a tentativa de acordo, mas sem assumir nenhuma responsabilidade, lembrando ambos que não possuem qualquer poder de decisão. Este pertence ao presidente Sarney, a quem caberá decidir sobre as propostas dos empresários e trabalhadores.

O governador Orestes Quércia confidenciou que, em recente encontro, o governador de Minas, Newton Cardoso, sugeriu-lhe a destituição de Sarney e a escolha de novo Presidente para resolver a crise. Quércia ponderou que a obrigação de todos os políticos é a de lutar pela manutenção da ordem constitucional, a qualquer preço. Todos os esforços devem ser empregados para conjurar a crise dentro da ordem jurídica legal existente. Esta é, também, a posição de Ulysses e das principais lideranças do PMDB, que não se acham dispostas a prestigiar nenhuma aventura.

Também foi analisada a recente carta que o ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães, enviou ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães e a qual Ulysses não dará resposta.

A impressão dominante entre os políticos presentes é a de que o ministro das Comunicações é o grande interessado dentro do governo pela restauração de um regime autoritário, "uma vez que sua angústia é a falta de espaço dentro do regime democrático."

— No voto — disse um dos presentes — não há salvação para o ministro Antonio Carlos. Quem se interessou, até agora, em tê-lo como candidato a vice-presidente?